



**LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Nº:

**030/16 LO**

VALIDADE ATÉ: 02/03/2017

DATA:

**02/12/2016**

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

NOME:

COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS MARANATA

CNPJ Nº:

20.780.799/0001-93

LOGRADOURO: RUA THAINÁ HELENA DO AMARAL

CADASTRO NA PMC:

NÚMERO:  
121

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

CAPUTERA

CEP:

11660-458

MUNICÍPIO:

CARAGUATATUBA/SP

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO:

ATIVIDADE PRINCIPAL:

DESCRIÇÃO:

94.30-8-00 Atividades de associações de defesa de direitos sociais

BACIA HIDROGRÁFICA:

LITORAL NORTE

CORPO RECEPTOR:

Rio Guaxinduba

UGRHI:

3

Sub Bacia

14- Rio Guaxinduba

ÁREA (METRO QUADRADO):

TERRENO:

N/D

CONSTRUÍDA:

N/D

ATIVIDADE AO AR LIVRE:

-

NOVOS EQUIPAMENTOS:

LAVRA (ha):

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (h):

INÍCIO:

08:00

às

TERMINO:

17:00

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

ADMINISTRAÇÃO

1

Manutenção

LICENÇA PRÉVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO

DATA

NÚMERO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Municipal nº171, de 23 de novembro de 2010, em conformidade com a Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro 1997, e com a Lei Municipal nº 1.807, de 08 de março de 2010, concede a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente Licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa ou substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

As exigências técnicas, relação de equipamentos, capacidade produtiva e outras observações, partes integrantes desta licença, estão relacionadas no processo e em folha anexa;

A presente licença está sujeita a caducidade nos termos do artigo 10 do Decreto Municipal 171, de 23 de novembro de 2010;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de novo processo de Licenciamento Ambiental nos termos do decreto acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.





**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba**  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca**

PROCESSO Nº:

**29167-0/2015**

**LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Nº:

**030/16 LO**

VALIDADE ATÉ: 02/03/2017

DATA:

**02/12/2016**

USO DA PMC:

EMITENTE

**Ar, Solo, Ruído, Água.**

SMAAP - Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca  
Av. Rio de Janeiro, 171 - Jd. Primavera - Telefone: (12) 3897 2530

**Auracy Mansano Filho**  
Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

**Anderson José V. Ribeiro**  
Eng. Agrônomo  
Diretor de Meio Ambiente

A PRESENTE LICENÇA FOI CONCEDIDA COM BASE NAS INFORMAÇÕES DECLARADAS PELO RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO POR OCASIÃO DE SUA SOLICITAÇÃO (PROCESSO EM EPÍGRAFE). ESTANDO CONDICIONADA AO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS ABAIXO.

**EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:**

01 - Os efluentes gerados no empreendimento, independentemente de sua origem (industrial ou sanitário), deverão ser tratados e dispostos adequadamente, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos no Regulamento da Lei Estadual nº 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468/76 e na Resolução CONAMA 357/05 e suas respectivas alterações.

02 - Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos em galeria de água pluvial ou em via pública.

03 - A empresa deverá dispor seus resíduos sólidos industriais de forma a não causar poluição do meio ambiente, atendendo ao disposto no artigo 51 do Regulamento da Lei 997/76, aprovado pelo Decreto 8.468/76, e suas alterações.

04 - Os níveis de ruído emitidos pelas etapas do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela norma NBR 10151 - "Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento" da ABNT, conforme Resolução CONAMA 01, de 08 de março de 1990, retificada em 16 de agosto de 1990.

05 - As fontes de poluição atmosférica do empreendimento, - equipamentos que queimam GLP- deverão ser controladas de forma a atender aos padrões ambientais estabelecidos pelo Regulamento da Lei Estadual 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual 8468/76 e suas alterações, bem como não causar incômodos à população vizinha.

**DVC IN ALTVM**

